

Porque continuo a ser Gastonista:

Em defesa da legitimidade Monárquica.

Neste ano, mais precisamente no dia dezenove de Fevereiro, o príncipe Dom Pedro Gastão completou noventa e um anos de idade. Não vejo melhor forma de prestar as tão justas reverências a este príncipe do que defendendo os seus legítimos direitos de portar o título de Chefe da Casa Imperial do Brasil.

Demonstrar os seus direitos, mais do que legítimos, é uma homenagem. É ressaltar toda a sua luta, ou seja, a dignidade dos símbolos monárquicos.

Este pequeno ensaio possui este título inspirado na carta de Joaquim Nabuco, direcionada em 1890 ao *Diário do Commercio*, intitulada *Porque continuo a ser Monarchista*. Neste escrito o dândi, autor de “Minha Formação”, enumera as suas razões monárquicas. Muitas vezes, ao longo das vicissitudes da vida, tenho recebido a pergunta “Por que ser Gastonista?”. Proponho-me, agora, a esboçar alguns motivos, porém eles são quase infinitos.

Todos sabem que a história da Dinastia Brasileira está dividida por dois ramos: Petrópolis e Vassouras. Duas facções que poderiam receber, atualmente, os nomes de “Gastonistas” e “Luizistas”, respectivamente. Embora, alguns não queiram admitir esta realidade, ela é fato e está presente em qualquer publicação ou conversa sobre a Monarquia Brasileira.

Mas qual será o ato causador desta divisão dinástica?

É preciso remontar ao fatídico dia 30 de outubro de 1908, nesta ocasião Dom Pedro D’Alcântara Príncipe do Grão-Pará, coagido pela Princesa Isabel e pelo Conde D’Eu, escreve uma misteriosa carta na qual diz abrir mão dos seus direitos imperiais, conforme a constituição de 1824. Esta carta durante muito tempo foi vista como o documento de uma renúncia. Fato impossível, visto que qualquer documento desta envergadura requer uma série de exigências oficiais, a “carta renúncia” não possui nenhum tipo de registro em

cartório, ou instituição similar. Os destinos de uma Dinastia não podem ser decididos através de escritos de ordem íntima.

Tendo constatado a total falta de lastro jurídico da “carta renúncia”, temos que nos colocar uma importante pergunta, mal e poucas vezes formulada: “O que levou a Princesa Isabel a obrigar que seu filho primogênito assinasse a renúncia?”.

Para responder esta incômoda pergunta basta indagar a própria correspondência da Princesa Isabel e lá a redentora assegura:

*“Quero também dar-te a notícia do casamento do nosso filho Pedro. Há mais de cinco anos que ele desejava o consórcio com a Condessa Elisabeth Dobrzensky, de excelente família nobre e antiga. Como porém não era de família régia, demoramos nosso consentimento até que o Luís se casasse, e agora entendemos anuir.”*¹[Os grifos são nossos]

Ainda que a Condessa Elisabeth Dobrzensky viesse a ser prima do Conde D’Eu, por possuírem obviamente antepassados em comum, como Franz Conde Von Trauttmansdorf e Christof-Leopold Conde Von Thürheim², a Princesa Isabel exigia que o futuro Chefe da Casa Imperial do Brasil desposasse uma dama pertencente a uma família régia. A redentora parecia esquecer-se de alguns fatos históricos concernentes a sua família. Dom João IV, o próprio Fundador da Casa de Bragança, havia desposado Luiza Gúzman. Dona Luiza pertencia a uma das mais nobres famílias do Reino de Espanha, era filha do Duque de Medina-Sidonia. Porém os Medina-Sidonia, por mais nobres que fossem, jamais foram família régia e nem por isso Dona Luiza foi impedida de ser Rainha de Portugal. A primeira Rainha Consorte da Casa de Bragança não possuía “ascendência régia”.

¹ Carta da Princesa Isabel à Baronesa de Loreto citado por Lourenço Luiz Lacombe em *Isabel a Princesa Redentora*, 1988. p. 275 e 276.

² cf. **Monjouvent**, Philippe de: *Le Comte de Paris et Descendance*. Charenton : Éditions du Chaney, 2000.

Não é por ser Chefe de Casa Imperial que se erra menos. A Princesa Isabel incidiu em erro, o casamento da Condessa Elisabeth Dobrzensky com Pedro D’Alcântara poderia ser perfeitamente justificável.

Outro importante fator que invalida totalmente a “carta renúncia” é que ela jamais foi aprovada por uma assembléia brasileira, que possuísse legitimidade concedida pela nação. Em brilhante artigo, publicado Gazeta Imperial, a genealogista dinástica Astrid Bodstein³ cita um importante documento, uma entrevista de Dom Pedro D’Alcântara publicada no *Diário da Noite* em 27 de janeiro de 1936 e intitulada *Disputa de Príncipes*. Nesta entrevista o Príncipe do Grão-Pará afirma, para surpresa de muitos:

“Quando há muitos anos renunciei ao trono imperial – Disse A.A. – em favor de meu irmão o Príncipe D. Luiz, o fiz apenas em caráter pessoal sem atender as determinações das Leis Brasileiras, sem prévia consulta à nação, sem os necessários protocolos que precedem atos dessa natureza, não foi, além disso, uma renúncia hereditária. Mas tarde conversando na Europa e durante minhas visitas ao Brasil, com alguns monarquistas, verifiquei que minha renúncia não é válida por muitos motivos, além dos que acabo de citar. O Conselheiro João Alfredo, que detinha em se poder uma cópia autêntica da renúncia, também me afirmou idêntico parecer.”⁴

O Príncipe do Grão-Pará mais adiante diz, com plena lucidez, que caso um dia volte a Monarquia somente à nação brasileira cabe decidir o novo soberano.

Mas retornaremos ao motivo da renúncia, ou seja, o casamento “não régio” com a Condessa Elisabeth Dobrzensky. Supondo que a Princesa Isabel tenha introduzido a obrigatoriedade da “igualdade de nascimento” na tradição da monarquia brasileira, surge atualmente um grave problema.

³ Gazeta Imperial Setembro de 2002.

⁴ *Disputa de Príncipes* :Diário da Noite 27 de Janeiro de 1936, ano VIII nº 2529. Secessão de periódicos da Biblioteca Nacional. Microfilme: PR-SPR 397 Diário da Noite – 2 de Janeiro / 29 de Fevereiro.

Vejamos: a Princesa Redentora explicita perfeitamente em sua carta, como já foi citada, a necessidade de ser pertencente a uma “família régia”. Ora, o Príncipe Dom Luiz e Dom Bertrand, por fazerem parte da seita denominada TFP, não podem casar-se e jamais se preocuparam com a continuidade da Casa Imperial do Brasil. A sucessão do “Ramo de Vassouras” depende inteiramente de Dom Antônio de Orleans e Bragança. Dom Antônio desposou uma nobre belga, Christine de Ligne. A família de Ligne é indubitavelmente da alta nobreza, mas não é e jamais será considerada uma “família régia”. Prova desta condição é que os Ligne figuram na terceira parte do *Genealogisches Handbuch Des Adels*. Ninguém está colocando em dúvida a nobreza dos Ligne, mas é claro que esta família não dispõe da condição “régia”, expressa pela Princesa Isabel.

Nos colocamos frente a um dilema. Caso se aceite o casamento de Dom Pedro D’Alcântara, com Dona Elisabeth, como não dinástico, tem-se que considerar o casamento de Dom Antônio, com Dona Christine, como também não dinástico.

Se os Ligne fizessem parte da realeza deveriam constar na 1ª parte do *Genealogisches Handbuch des Adels*.

A família Bagration-Moukhransky, que reinou durante séculos sobre a Geórgia, não é considerada régia ou soberana. A alta nobreza geórgia compartilha as mesmas páginas que os Ligne no *Genealogisches Handbuch des Adels*. Os Bagration-Moukhransky lutam, há várias décadas, para que seja reconhecido seu pertencimento à cêpa real e, entretanto, jamais conseguiram. Os Ligne nunca reivindicaram essa condição, simplesmente por falta total de “Realeza”. Alguém ousaria afirmar a existência do Rei ou do Reino de Ligne?

Em termos de Nobreza os Bragation-Moukhransky são infinitamente mais elevados do que os Ligne, e mesmo assim, muito poucos diriam que são Casa Soberana. Aos Ligne ninguém concederia tal atributo, ou seja, o de Casa Régia. O casamento de Dom Antônio com Christine de Ligne só pode ser caracterizado como sendo uma “Mésalliance”. Por qual razão, então, a união dos Orleans e Bragança com os Dobzensky não é válida?

Sou Gastonista por todos estes motivos e muito mais. Sou Gastonista, pois o que há é uma renúncia sem qualquer lastro Jurídico e não conforme as Leis de uma Nação Soberana, o Brasil. O Gastonismo é a legitimidade!

Gostaria, para findar, deixar no ar uma pergunta ao tão caro leitor: “Por que não ser Gastonista?”.

VICTOR VILLON

Foi um dos redatores do site www.chefedacasaimperial.com e é mestrando em história pela PUC-RIO.